



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Agrária

O PAPEL DO PRONERA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL E ESCOLARIZAÇÃO NO CAMPO

ROBERTA CAMILA ALVES CAVALCANTE¹

RESUMO

Este trabalho investiga o papel do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) na democratização do acesso à educação no campo, buscando compreender as contribuições do programa, as barreiras enfrentadas e as perspectivas futuras, considerando as especificidades do contexto rural brasileiro.

Palavras-chave: Questão Agrária; Educação do Campo; PRONERA.

RESUMEN

Este trabajo investiga el papel del Programa Nacional de Educación en la Reforma Agraria (PRONERA) en la democratización del acceso a la educación en el ámbito rural, buscando comprender las contribuciones del programa, las barreras enfrentadas y las perspectivas futuras, teniendo en cuenta las especificidades del contexto rural brasileño.

Palabras clave: Cuestión Agraria; Educación Rural; PRONERA.

1 Introdução

Este estudo, inserido no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e com o apoio do CNPq, aprofunda a análise da educação do campo no Brasil, com enfoque no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). A pesquisa, de natureza quanti-qualitativa, combina revisão bibliográfica e análise documental para investigar as complexidades do acesso e da permanência de estudantes rurais no sistema educacional, à luz das particularidades do contexto rural brasileiro.

Historicamente marcada por profundas desigualdades sociais e econômicas, a educação do campo no Brasil enfrenta desafios significativos em termos de acesso e qualidade, sendo

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

assim, o PRONERA, nesse contexto, emerge como uma política pública essencial, buscando garantir o direito à educação de jovens e adultos vinculados à reforma agrária e promover o desenvolvimento nas comunidades rurais.

Nesse sentido, problematizando a questão, este trabalho busca responder: Quais são os principais desafios socioeconômicos, geográficos e culturais que obstaculizam o acesso e a permanência de estudantes rurais no ensino? E qual o papel do PRONERA na democratização do acesso à educação no campo? Trazendo destaques às contribuições influências sociais, políticas e econômicas e suas implicações na realidade da população. A partir dessas inquietações, este estudo tem como objetivo central analisar o papel do PRONERA no processo de inclusão social e no acesso à educação, considerando as especificidades do contexto rural brasileiro.

A revisão bibliográfica visa aprofundar a compreensão histórica da educação do campo no Brasil, destacando as principais políticas e desafios ao longo do tempo, a partir de um referencial teórico baseado em autores relevantes da área de educação e políticas públicas, como Caldart, Molina e Arroyo, articulando os conceitos e teorias com a realidade brasileira, por meio de uma análise de dados quantitativos e qualitativos, coletados por meio de análise documental e bibliográfica.

Assim, as análises e resultados deste estudo, apoiam-se no método materialista-histórico-dialético, buscando, ao responder às questões de pesquisa, identificar os principais fatores que influenciam o acesso e a permanência dos estudantes rurais no ensino. O artigo está estruturado em quatro tópicos, além da introdução e das considerações finais, onde a discussão dos resultados considera os achados de outros estudos e as limitações da pesquisa.

Portanto, as conclusões sintetizam as principais descobertas, destacando as contribuições do estudo para o campo de conhecimento e para a formulação de políticas públicas, discutindo as implicações dos resultados para a população e conseqüentemente para a prática profissional.

2 Educação e PRONERA: caminhos históricos da Educação do Campo

A trajetória da Educação do Campo no Brasil é marcada por um longo processo de evolução, refletindo a luta contínua por uma educação que atenda às especificidades das comunidades rurais. Desde o período colonial até os dias atuais, a educação no campo tem enfrentado desafios profundos, que refletem as determinações da questão agrária brasileira, variando desde a escassez de infraestrutura até a falta de políticas públicas voltadas para o contexto rural.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Assim, a questão agrária brasileira é uma constante na história e na realidade cotidiana do país fundamental para entender as dificuldades enfrentadas pela população rural. Sendo descrita, entre diversas interpretações, como os “problemas relacionados à propriedade da terra e à estrutura fundiária do Brasil” (FERNANDES, 2001), a questão agrária envolve a concentração de terras, a exclusão dos trabalhadores rurais, a violência no campo e a luta contínua por acesso à terra e condições de subsistência.

Consoante o enunciado de Martins (1994), a questão agrária permeia todos os aspectos da vida rural, afetando profundamente tanto os que estão conscientes dessa realidade quanto os que não a percebem diretamente, uma vez que as adversidades enfrentadas por esta população, como a falta de acesso à recursos básicos como água e alimentos, são resultado de processos históricos de expropriação e exclusão da contradição estrutural do capitalismo.

A riqueza gerada pelo uso da terra é, de acordo com Martins (1985), frequentemente apropriada por poucos, enquanto a maioria dos trabalhadores rurais enfrenta condições contrárias, ou seja, a contradição estrutural do capitalismo, que gera simultaneamente riqueza e miséria ao submeter a renda da terra às exigências do capital. A estrutura fundiária desigual e as políticas agrícolas ineficazes contribuem para um ciclo de pobreza e marginalização, dificultando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida nas áreas rurais.

Atualmente, ao analisar a população rural brasileira, verifica-se que a distribuição da população, conforme dados do IBGE (2015), revela importantes variações entre as regiões do país, refletindo diferentes dinâmicas socioeconômicas e níveis de urbanização, com o Nordeste apresentando a maior concentração de população rural, com 15.227 mil habitantes, e o Centro-Oeste sendo o extremo oposto, com uma população rural de apenas 1.578 mil habitantes (Gráfico 1). Importante destacar que esta região é amplamente conhecida pelo desenvolvimento do agronegócio e vasta extensão agrícola, o que demonstra reflexos da expropriação da terra e da alta mecanização da agricultura.

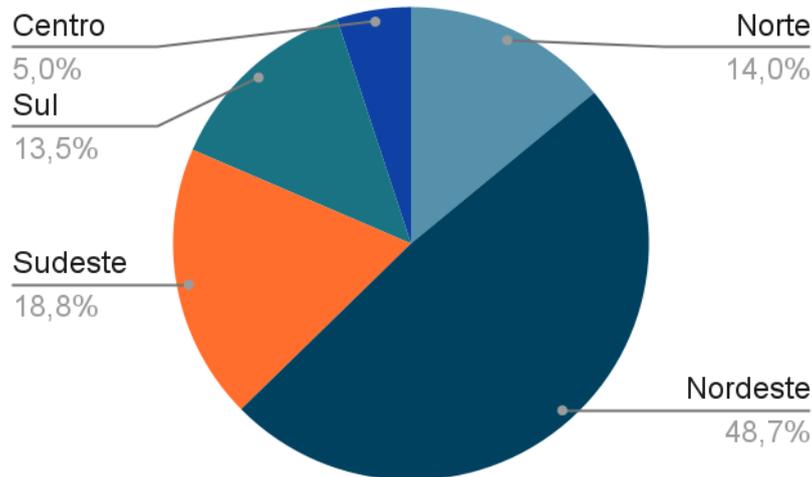


Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Gráfico 1 - População rural residente por região

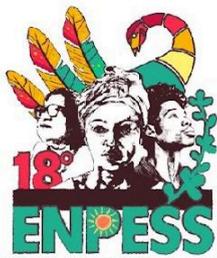


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2015.

Dados subsequentes do IBGE sobre pessoas de 10 anos ou mais, por anos de estudo, também mostram disparidades significativas na educação entre as regiões, isso porque a população rural brasileira nas regiões Norte e Nordeste, que possuem as maiores concentrações de população rural, apresentam as maiores proporções de pessoas com baixos níveis de escolaridade. De acordo com o gráfico a seguir, no Nordeste, 6,2% da população rural possui menos de um ano de estudo ou nenhuma instrução, contrastando fortemente com os 0,9% observados no Sudeste. O Norte também apresenta uma alta proporção de pessoas com pouca escolaridade, com 3,6% de sua população rural nessa categoria. Esses números indicam que as regiões com maior população rural também são as que enfrentam os maiores desafios educacionais, exacerbados por fatores como a pobreza e o acesso limitado a escolas.

Em contraste, as regiões Sudeste e Sul, que têm menor proporção de população rural, exibem melhores indicadores educacionais. No Sudeste, apenas 0,9% da população rural tem menos de um ano de estudo ou nenhuma instrução, e no Sul esse número é de 1,2%. Além disso, essas regiões também apresentam uma maior proporção de indivíduos com mais anos de estudo, indicando uma melhor infraestrutura educacional e maior acesso a oportunidades de aprendizagem.

No Centro-Oeste, apesar da baixa densidade populacional rural, observamos um cenário intermediário, onde 1,2% da população rural possui menos de um ano de estudo ou nenhuma instrução, e as porcentagens permanecem baixas ao longo dos diferentes anos de estudo.

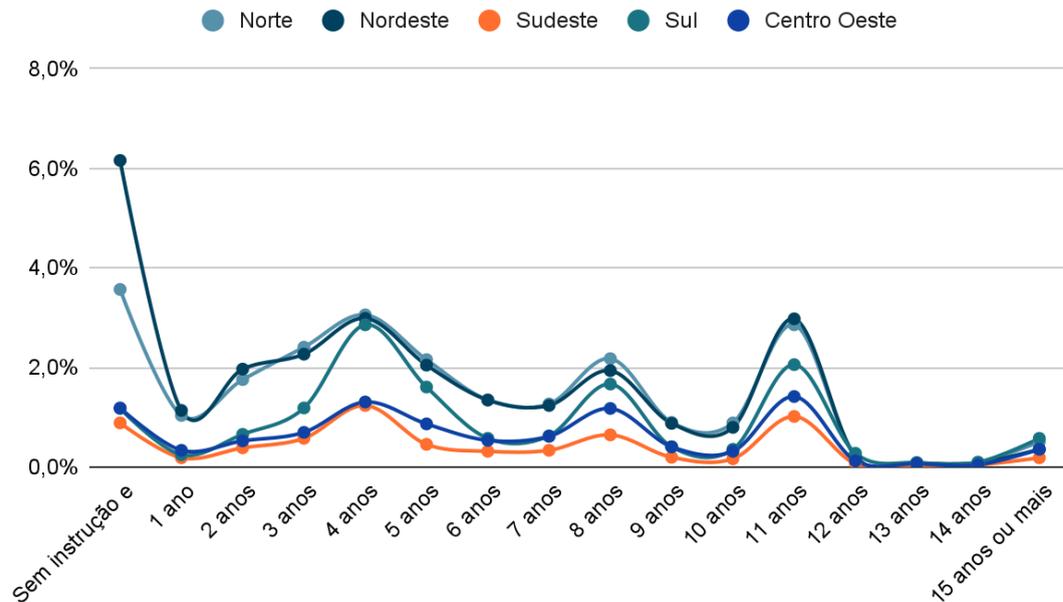


Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Gráfico 2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por localização e anos de estudo



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2015.

Diante dessas disparidades, é evidente que a educação no campo enfrenta desafios significativos, que são agravados pela questão agrária e pela questão regional². Historicamente, a educação foi estruturada para atender os interesses das elites dominantes, enquanto a vasta maioria da população rural permanecia excluída de qualquer forma significativa de escolarização. Segundo Lenzi (2010), essa exclusão está diretamente relacionada ao modelo de colonização adotado no Brasil, que se fundamentou em uma economia escravocrata e na concentração fundiária, moldando a sociedade e suas instituições, incluindo a educação, de maneira a perpetuar as desigualdades sociais e econômicas.

A análise histórica do debate sobre a educação no campo revela que, durante o período colonial, a educação foi dominada pela Igreja, especialmente pelos jesuítas, que focavam na catequização e controle cultural. Segundo Lenzi (2010), as instituições jesuíticas priorizavam o ensino religioso e a manutenção da ordem colonial, negligenciando a formação de mão de obra

² A questão regional, conforme Bernardes (2007), refere-se ao complexo processo histórico, social, econômico e cultural que define e diferencia determinadas regiões, como o Nordeste brasileiro, das demais. No caso do Nordeste, está profundamente ligada à sua formação histórica durante o período colonial, à preservação de estruturas sociais arcaicas, e à criação de uma identidade regional que se manifesta tanto nas suas paisagens e na cultura popular, quanto nas relações de poder e econômicas que persistem até hoje. A compreensão da questão regional envolve, portanto, a análise de como essas características históricas e culturais moldam as percepções e realidades da região ao longo do tempo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

qualificada. A autora ainda ressalta que “o sistema educacional não visava a formação de mão de obra em uma colônia escravista com produção extrativista e agrícola predominante” (2010, p. 103). Após a expulsão dos jesuítas em 1759, o sistema educacional foi desestruturado, e as mudanças promovidas pelo Estado foram pouco significativas.

A autora aponta que a atenção para a educação rural começou a emergir no final do século XIX e início do século XX, com o surgimento do ruralismo pedagógico, movimento que tinha como objetivo principal conter o êxodo rural e adaptar a escola às necessidades do setor agrário. No entanto, essa abordagem estava mais preocupada em impregnar o “espírito do brasileiro” com um profundo sentido ruralista do que em efetivamente proporcionar uma educação de qualidade aos trabalhadores rurais.

Por isso, apesar dessas iniciativas, a educação no campo permaneceu fragmentada e incapaz de atender adequadamente às demandas de uma população historicamente marginalizada e que, a partir dos dados recentes de escolaridade no campo, apresenta reflexos até hoje.

O surgimento de um novo movimento na luta pelos direitos à educação no campo, conforme Cavalcante (2022), se deu entre as décadas de 1950 e 1960, impulsionado por eventos históricos e mudanças nas configurações sociais e políticas. Diferentemente das abordagens anteriores, como o ruralismo pedagógico, esse movimento emergiu a partir de articulações entre movimentos sociais, partidos políticos de esquerda e setores progressistas da Igreja Católica e foi responsável por

[...] produzir um estilo de educação e um tipo de saber bastante diferente dos pretendidos pela necessidade imperialistas do governo americano, entre os quais se destaca a pedagogia de Paulo Freire que vai, depois, influenciar uma das tendências acadêmicas do estudo do rural³. (DAMACENO, 2004, p.76)

Com o regime militar instaurado em 1964, o avanço do movimento de educação foi abruptamente interrompido pela repressão, que desmobilizou a sociedade civil e suspendeu programas de alfabetização popular. A educação passou a ser usada como ferramenta de controle social, focando em resultados imediatos, como na campanha de alfabetização em massa do MOBREAL, sem garantir qualidade. No entanto, Calazans (1993) observa que, apesar da repressão, surgiram focos de resistência que retomaram articulações e promoveram uma educação inspirada na pedagogia de Paulo Freire, visando formar cidadãos conscientes de sua posição socioeconômica.

³ Essas inovações teórico-metodológicas criaram uma conexão entre "educação e desenvolvimento", desempenhando, assim, um papel crucial na retomada das discussões sobre a dicotomia entre campo e cidade. (LENZI, 2010, p. 111)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Tais iniciativas foram fundamentais para a retomada das discussões sobre a educação do campo nas décadas seguintes, quando a mobilização social trouxe novos avanços, incluindo o reconhecimento do direito à educação para todos, independentemente de residirem em áreas rurais ou urbanas, nos princípios da Constituição Federal de 1988. Lenzi (2010) enfatiza que, a partir desse momento, a educação do campo começou a ser referendada por legislações como a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, que determinou a adequação da educação às particularidades da vida rural.

Ademais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi essencial para o debate político e pedagógico sobre a educação do campo, uma vez que deu destaque a necessidade de uma abordagem diferenciada para a educação do campo, em contraste com a visão tradicional de educação rural. O marco dessa discussão, conforme Arroyo (2011), ocorreu em julho de 1997, durante o 1º Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), realizado em Brasília, que contou com a participação de cerca de 700 indivíduos, incluindo assentados, acampados, acadêmicos e representantes de instituições como o UNICEF, a Universidade de Brasília (UnB), a UNESCO e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A formação de uma rede nacional para combater o analfabetismo e os desafios educacionais nas áreas de reforma agrária também foi fruto dos debates oriundos do ENERA, que levaram à realização de encontros estaduais entre maio e julho de 1998, culminando na 1ª Conferência Nacional por uma Educação do Campo, ocorrida em julho de 1998 em Goiás (Arroyo; Fernandes, 1999). Além disso, segundo Cavalcante (2022), este movimento mobilizou a sociedade e os órgãos governamentais em torno da criação de políticas públicas para garantir o direito à educação para os povos do campo, muitas das quais ainda estavam em fase inicial ou não totalmente implementadas.

Temos uma preocupação prioritária com a escolarização da população do campo. Mas, para nós, a educação compreende todos os processos sociais de formação das pessoas como sujeitos de seu próprio destino. Nesse sentido, educação tem relação com cultura, com valores, com jeito de produzir, com formação para o trabalho e para a participação social. (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002, p. 19).

Segundo Munarim (2008), a década de 1990 foi fundamental para o surgimento do Movimento de Educação do Campo no Brasil, que desafiava o modelo dominante e defendia uma educação adaptada às realidades rurais, que, de acordo com Arroyo e Fernandes (1999), também foi resultado da 1ª Conferência Nacional por uma Educação do Campo, que incluíram a criação da “Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo”, o PRONERA, além de encontros e diretrizes para a educação básica rural.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

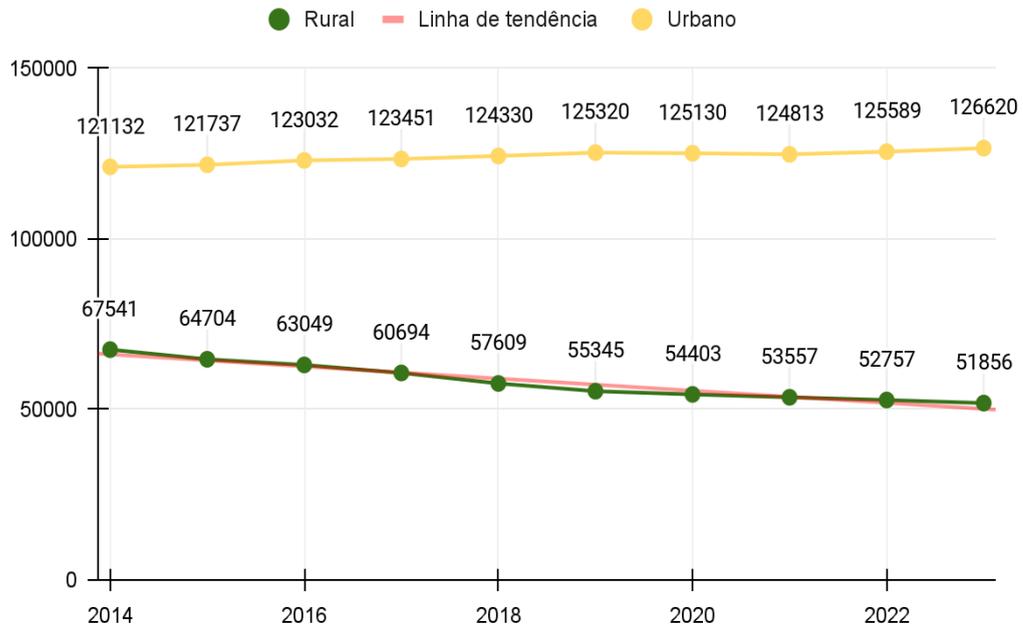
No entanto, as mudanças ainda são inadequadas para garantir acesso e permanência na educação para todos, pois o neoliberalismo fragilizou o Estado e as políticas sociais a partir de uma abordagem que, segundo Behring (2019), justifica reformas com a ideia de que a crise era causada pelo Estado, gerando um cenário de contradições entre a expansão dos direitos prometida pela Constituição de 1988 e as políticas neoliberais predominantes desde os anos 1990.

3 Barreiras da Educação do Campo: PRONERA em perspectiva

A trajetória da educação no campo brasileiro, ao longo das últimas décadas, mostra que a escola do campo surgiu da luta dos movimentos sociais camponeses por terra e educação. Essa concepção, conforme Molina e Sá (In Caldart *et al*, 2012), visa atender às necessidades dos trabalhadores rurais e capacitá-los para a luta por seus direitos e transformação social. Contudo, o acesso à educação e a permanência dos estudantes do campo enfrentam barreiras estruturais e políticas, resultando na contínua diminuição do número de escolas rurais no Brasil.

Ao analisar os dados do número de escolas entre 2014 e 2023, observa-se uma tendência preocupante de redução contínua das instituições de ensino em áreas rurais (Gráfico 3). Segundo o Censo Escolar (2024), em 2014, havia 67.541 escolas rurais, mas esse número caiu para 51.856 em 2023. Ao longo desses dez anos, a redução foi de 23,2% no número de escolas, em contrapartida, o número de escolas urbanas aumentou, passando de 121.132 em 2014 para 126.620 em 2023.

Gráfico 3 - Série histórica do número de escolas por localização



Fonte: Censo Escolar 2023, INEP, 2024.

Essa queda no número de escolas certamente impacta o acesso à educação de qualidade para a população rural, aumentando a distância que os estudantes precisam percorrer e exacerbando desafios como o transporte escolar inadequado, a falta de infraestrutura e a escassez de recursos educacionais adaptados às realidades rurais, impactando diretamente no número de matrículas.

A partir do Censo Escolar também foi possível verificar que entre 2014 e 2023, o número de matrículas em escolas rurais caiu de 5.846.440 para 5.310.739, representando uma variação percentual média negativa de aproximadamente 1,1% ao ano, indicando uma diminuição na demanda educacional nas áreas rurais, que pode ser reflexo de diversas situações, tanto das condições de migração para áreas urbanas quanto das dificuldades estruturais enfrentadas.

Desse modo, a redução simultânea tanto no número de matrículas quanto no número de escolas é indicativa de um ciclo vicioso que perpetua a exclusão educacional nas áreas rurais, pois, com menos escolas disponíveis, o acesso se torna mais difícil, o que pode levar ao abandono escolar, que, historicamente, é maior nas áreas rurais e a uma diminuição subsequente nas matrículas. Essa tendência é um reflexo das barreiras estruturais que têm dificultado a oferta e a permanência da educação no campo, como a falta de políticas públicas eficazes, o



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

desinteresse governamental em manter escolas rurais e a própria dinâmica do agronegócio, que contribui para a centralização de recursos e serviços nas áreas urbanas.

Neste cenário, torna-se fundamental que programas como o PRONERA sejam fortalecidos e ampliados, para que possam mitigar esses efeitos e promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo das comunidades rurais. Por isso, segundo Cavalcante (2022), no contexto pós-redemocratização do Brasil, o agravamento dos conflitos agrários⁴ e a crescente pressão dos movimentos sociais por reforma agrária e acesso ampliado às políticas sociais permitiram o surgimento do PRONERA, que tem como objetivo de fortalecer a educação nos assentamentos de reforma agrária, utilizando metodologias adaptadas às especificidades do campo e visando ao desenvolvimento rural sustentável. Criado pela Portaria nº 10, de 16 de abril de 1998, este programa, porém, só foi formalmente reconhecido como política pública em 2009, por meio da Lei nº 11.947/2009, que autorizou a instituição do PRONERA no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a sua execução pelo INCRA (Brasil, 2009).

O PRONERA é executado por uma ampla articulação interinstitucional, que envolve Estado, universidades e movimentos sociais, o objetivo geral do PRONERA é fortalecer a educação nos assentamentos estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias específicas para o campo. O programa tem como essência a preocupação de capacitar membros das próprias comunidades onde serão desenvolvidos os projetos, na perspectiva de que sua execução seja um elemento estratégico na promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. (MOLINA, 2006, p. 86)

O PRONERA foi concebido como uma resposta à demanda por uma educação mais adaptada às especificidades dos assentamentos rurais, promovendo a inclusão educacional de jovens e adultos em diversas etapas de ensino, desde a alfabetização até a pós-graduação (Molina, 2006), pois tem como objetivos:

I - Oferecer educação formal aos jovens e adultos beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em todos os níveis de ensino; II - Melhorar as condições de acesso à educação do público do PNRA; e III - Proporcionar melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da qualificação do público do PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos. (BRASIL, 2010, art. 12).

De acordo com II Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PNERA), realizada em 2015, verifica-se que, entre 1998 e 2011, foram realizados 320 cursos do PRONERA em 880 municípios, totalizando 1.753 realizações ao longo do período (PNERA, 2015). Esse volume de cursos evidencia a abrangência e a capilaridade do PRONERA, que conseguiu alcançar um número significativo de assentamentos rurais e comunidades da reforma agrária, demonstrando

⁴ O período foi marcado por episódios de violência extrema, como o “Massacre de Corumbiara” em agosto de 1995, no qual 12 pessoas foram assassinadas em Rondônia. Poucos meses depois, em 17 de abril de 1996, ocorreu o massacre de Eldorado dos Carajás, resultando na morte de 19 sem-terras. Em resposta a esses eventos, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso criou o Ministério Extraordinário da Política Fundiária, com Raul Jungmann sendo nomeado como ministro (MELO, 2016, p. 67).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

um esforço contínuo de capacitação e formação das populações rurais, em consonância com os objetivos do programa de promover o acesso à educação formal e à qualificação profissional no campo, apesar das dificuldades já destacadas anteriormente.

Nos anos iniciais do PRONERA, o foco principal do programa foi a oferta de cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no nível Fundamental, que representavam 52% do total, e no Ensino Médio, que correspondiam a 31% (BRASIL, 2015). Desde então, o programa tem ampliado sua concentração na oferta no Ensino Superior, sendo, atualmente, a maioria dos cursos de graduação e/ou pós-graduação (INCRA, 2024). Nestes cursos, entre 1998 e 2011, o PRONERA registrou um total de 164.894 ingressantes em todos os níveis de ensino, dos quais 82.895 concluíram seus cursos com sucesso e, infelizmente, após esse período, não foram realizadas novas pesquisas de avaliação, o que impossibilita a obtenção de dados atualizados sobre o número de alunos formados até o presente momento.

Por outro lado, é essencial discutir que, apesar dos resultados positivos alcançados e do seu papel no fortalecimento da Educação do Campo, o PRONERA tem enfrentado uma diminuição gradual em sua implementação, especialmente nos últimos anos, devido ao aprofundamento das medidas de austeridade fiscal e à ascensão de governos ultraneoliberais e conservadores, que têm impactado negativamente a continuidade e a expansão do programa.

O Estado dependente brasileiro, em sua fase neoliberal, acentua sua capacidade de tornar lucrativas as ações privadas na prestação de serviços públicos, apontando caminhos para enfrentar as crises de acumulação e de hegemonia. Contrarreformas foram implementadas neste período, de modo que as conquistas mencionadas acima não ofuscam a força do projeto burguês. (BRETTAS, 2017, p. 62)

A transição para o governo ultraliberal de Michel Temer e, subsequentemente, com a eleição de um governo de extrema direita, foram implementadas medidas mais agressivas em política econômica e desregulamentação de direitos sociais. Sendo assim, essas ações incluíram a ampliação da terceirização e a reforma previdenciária, além da extensão da Desvinculação de Recursos da União (DRU) com a EC nº 93/2016, que destina 30% dos recursos da Seguridade Social para o pagamento da dívida pública (Montenegro, 2020, p.48) e a reabertura do debate sobre o ajuste fiscal, culminando na PEC 55/2016, que estabeleceu o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos, limitando-os ao crescimento da inflação do ano anterior e tornando o orçamento público um campo de disputa entre interesses antagônicos das classes trabalhadora e capitalista.

Desse modo, as políticas recentes reduziram significativamente os recursos destinados à educação rural, comprometendo a capacidade do PRONERA de atender às necessidades das comunidades do campo e de manter a qualidade e a abrangência de sua oferta educacional.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Segundo Cavalcante (2022), com base nos dados coletados pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEPSOCIAL) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sobre a execução orçamentária do objetivo 0422⁵, dos Planos Plurianuais dos governos de 2012 a 2019, é possível observar que os valores destinados à educação do campo sofreram restrições significativas, que impactam diretamente a capacidade de oferta e criação de novos cursos para a população dos assentamentos rurais pelo PRONERA, resultando na redução da disponibilidade de novas vagas e na paralisação de turmas já existentes, como o caso da turma de Especialização em Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial, da UFRN, que, somente por meio de emendas parlamentares pode ser concluída.

Gráfico 4 - Dotação orçamentária do Objetivo 0422 (2012-2019)



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP. Sistematizado pelo Grupo de Pesquisa Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEPSOCIAL) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Cavalcante,2022).

Sendo assim, o PRONERA, ao tentar preencher as lacunas deixadas pela educação tradicional e buscar a inclusão educacional nos assentamentos, enfrenta barreiras significativas, devido a ausência de uma política pública eficaz que garanta o acesso e a permanência dos estudantes no ensino básico e superior e a integração da educação com as necessidades rurais, que ainda são desafios persistentes e dependem da capacidade do Estado de superar barreiras institucionais e ideológicas para assegurar que a educação no campo se converta em oportunidades reais para as comunidades rurais.

⁵ “Proporcionar o acesso à capacitação profissional educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.” (PPA 2012-2015/PPA 2016-2019)

4 Considerações finais

A evolução histórica da educação do campo evidencia que o PRONERA marca um progresso significativo na diminuição das desigualdades educacionais que afetam as áreas rurais, se destacando como um recurso essencial para a democratização do acesso à educação no campo. Ao oferecer cursos de graduação e pós-graduação aos assentados, o PRONERA amplia as oportunidades de qualificação profissional e promove o desenvolvimento local, tanto na formação de lideranças quanto na produção de conhecimento especializado sobre as realidades rurais.

No entanto, a revisão da literatura e a análise dos dados revelam que, apesar dos avanços proporcionados, o programa enfrenta desafios significativos desde a redução dos recursos destinados à educação até a instabilidade política que têm impactado diretamente a oferta de vagas e a continuidade dos cursos. Fatores que têm comprometido a capacidade do programa de atender à demanda crescente por novos cursos nas áreas rurais e de garantir a formação de profissionais qualificados para atuar no campo, no âmbito do ensino superior. Ademais, a situação é agravada pela implementação de políticas de austeridade fiscal, que têm levado à diminuição do número de vagas e à paralisação de turmas, prejudicando a efetividade do programa.

Adicionalmente, a falta de políticas públicas efetivas, a ausência de investimentos adequados em infraestrutura, transporte escolar, formação de professores e materiais didáticos específicos para o contexto rural é um obstáculo significativo para a qualidade do ensino e para a permanência dos estudantes nas instituições educacionais e, além disso, a necessidade de políticas mais direcionadas para regiões com maior concentração de população rural, como o Nordeste.

Em suma, embora o PRONERA tenha representado um avanço significativo na democratização do acesso ao ensino básico e superior para a população da reforma agrária, é necessário que o Estado brasileiro intensifique seus esforços para garantir a continuidade e a expansão do programa, a partir do investimento em políticas públicas que objetivam a inclusão social e a equidade na educação, sobretudo no que se refere à alfabetização e a inserção no ensino superior, como um enfrentamento às barreiras persistentes e para a efetiva transformação social no campo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Referências

ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999.

ARROYO, Miguel G. MOLINA, Mônica C. **Por uma Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Vozes, 5 ed., 2011.

BEHRING, E. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. In SALVADOR, E.; BEHRING, E.; LIMA, R. L. (orgs.). **Crise do Capital e Fundo Público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2019, p. 43-65.

BERNARDES, Denis de Mendonça. **Notas sobre a Formação Social do Nordeste**. Lua Nova, São Paulo, 71: 41-79, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 7.352**, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. 16 jun. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Jun. 2015.

BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. *Temporalis*, v. 17, n. 34, p. 53–76, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17702>.

CALAZANS, M. J. C. Para compreender a Educação do Estado no Meio Rural. In: THERRIEN, J, Damasceno, M. (Orgs). **Educação e escola no Campo**. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

CALDART, Roseli Salete. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Expressão Popular: São Paulo, 2012.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

CAVALCANTE, R. C. A. **Educação do campo em extinção**: implicações do ajuste fiscal no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2022.

DAMACENO, M. N., BESSERA, B. **Estudos sobre a Educação Rural**: Estado da Arte e perspectivas. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 73-89, jan./abr. 2004.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, 2015. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/> Acesso em: 15 abr. 2024.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Catálogo de projetos do PRONERA em execução em 2024**. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/Pronera_Projetos_em_andamento_2024.pdf

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2023**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>

KOLLING, Edgar Jorge. CERIOLI, Paulo R. CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo**: identidade e políticas públicas (orgs). Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.

LENZI, Lúcia Helena Corrêa. **Eu não desisti!**: os sentidos da escolarização retratados por estudantes adultos do campo. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2010.

MARTINS, J. S. **A militarização da questão agrária no Brasil**: Terra e poder: o problema da terra na crise política. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MELO, C. C. **O Curso Técnico em Cooperativismo realizado através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**: uma análise baseada na Abordagem das



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Capacitações. Dissertação, 179 p. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PPGDR), UFRGS, 2016.

MOLINA, M. C. **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MONTENEGRO, David Montenegro. Ultraliberalismo autoritário e o aprofundamento da dependência: o governo de extrema direita no Brasil no contexto da crise latino-americana. In FARIA, Fabiano Godinho. MARQUES, Mauro Liz Barbosa (orgs.). **Giros à Direita**: Análises e perspectivas sobre o campo libero-conservador. Ceará: Sertão Cult, 2020.

MUNARIM, A. **Trajetória do movimento nacional de educação do campo no Brasil**. Santa Maria, RS: Revista do Centro de Educação, vol. 33, n. 1, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=117117388005>